

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2024

A Defensoria Pública do Estado de Goiás, por meio de seu Defensor Público-Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital Complementar com as seguintes alterações:

1. retifica no item 9.1.4.1, o quadro 7, que trata dos critérios de correção da Prova Discursiva para todos os cargos, de forma que

ONDE SE LÊ:

Quadro 7 – Critérios de correção da Prova Discursiva para todos os cargos

Critério	Pontos
Domínio da Língua Portuguesa	20,0
Compreensão da proposta	20,0
Seleção e organização de informações	20,0
Demonstração da capacidade de argumentação	20,0
Elaborar proposta de solução para o problema abordado	20,0
Total	100,0

LEIA-SE:

Quadro 7 – Critérios de correção da Prova Discursiva para todos os cargos

Critérios	Pontos
Conhecimento técnico do conteúdo	20,0
Clareza na exposição e consistência dos argumentos	20,0
Análise crítica	20,0
Progressão textual	20,0
Uso adequado da Língua Portuguesa	20,0
Total	100,0

2. retifica os itens 9.1.4.2 a 9.1.4.6, adequando-os ao novo quadro 7 retificado, bem como reajusta a numeração dos itens, vigorando no edital a nova redação a seguir:

9.1.4.2 O critério relativo ao “conhecimento técnico do conteúdo” tem o objetivo de avaliar o conteúdo/conhecimento do tema a partir da elaboração de respostas, conceitos e conexões a questões e proposições expressas no enunciado.

9.1.4.3 O critério relativo à “clareza na exposição e consistência dos argumentos” tem o objetivo de avaliar a capacidade de expressão na modalidade escrita, assim como a adequação, coerência e compreensão dos temas e das propostas segundo elementos de apoio do enunciado.

9.1.4.4 O critério relativo à “análise crítica” consiste em avaliar, de maneira clara e fundamentada, a validade das assertivas materializadas nas respostas, pela análise dos argumentos que sustentam essa assertiva, no contexto jurídico/político que baliza os temas.

9.1.4.5 O critério relativo à “progressão textual” consiste em analisar os componentes do texto, assim como a distribuição do tema e uma evolução adequada de suas partes.

9.1.4.6 O critério relativo ao “uso adequado da Língua Portuguesa” consiste em analisar a adequação ortográfica e gramatical à norma-padrão, assim como os problemas gerais de construção frasal, do ponto de vista comunicativo.

9.1.4.7 Em casos de fuga ao tema proposto ou não apresentação do texto, a/o candidata/o receberá nota 0,0 (zero) na Prova Discursiva.

9.1.4.8 A/O candidata/o deverá responder a Prova Discursiva em no máximo 30 (trinta) linhas.

3. atualiza o Anexo IV (Conteúdo programático), destacando os pontos incluídos, passando o anexo a vigorar com a seguinte redação:

ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LINGUA PORTUGUESA

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados. 2. Interpretação textual de gêneros textuais variados. 3. Modos de enunciação presentes no texto. 4. Gramática normativa. 5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. 6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). 7. Progressão temática. 8. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. 9. Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos. 10. Tipos de argumento. 11. Classificação gramatical. 12. Processo de formação de palavras. 13. Análise morfosintática. 14. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa. 15. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 16. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 17. Concordância verbal e nominal. 18. Regência verbal e nominal. 19. Colocação pronominal. 20. Pontuação.

DIREITO

Direito Constitucional: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º a 4º da CF). Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Remédios Constitucionais (Arts. 5º e 6º). Controle de Constitucionalidade (controles difuso e concentrado da constitucionalidade). Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário Brasileiro. Organização e competências. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. A Justiça Federal. A Justiça Militar. A Justiça Estadual. O Conselho Nacional de Justiça. Súmula Vinculante. Funções Essenciais à Justiça. A Defensoria Pública. A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988. Da ordem social. Direitos Sociais. Da saúde. Da Assistência Social. Da Educação. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

Princípios Institucionais: Defensoria Pública na Constituição Federal (art. 134 da CF). Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94, arts. 1º ao 4º-A, arts. 127 a 128). Lei Complementar Estadual nº 130/2017.

Direito Administrativo: Direito Administrativo. Conceito e Objeto: Critérios. Dimensão constitucional do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo e os Princípios Norteadores. Administração Pública: em sentido objetivo e em sentido subjetivo. Administração Pública Direta e Indireta (concentração, desconcentração, descentralização administrativa). Administração indireta. Autarquias. Fundações Públicas e Privadas. Empresas públicas. Sociedades de Economia Mista. Consórcio Público. Poderes da Administração Pública: vinculado, discricionário, regulamentar, hierárquico e disciplinar. Poder de Polícia: polícia administrativa e polícia judiciária, possibilidade de delegação a particulares. Ato administrativo. Conceito. Requisitos, Elementos e Pressupostos. Atributos. Classificação: quanto à estrutura do ato, quanto à natureza da atividade, quanto aos destinatários do ato, quanto à função da vontade administrativa, quanto à composição da vontade produtora do ato. Perfeição, validade e eficácia. Vinculação e Discricionariedade. Discricionariedade técnica. Retirada do ato: Revogação e Invalidação. Convalidação. Atos nulos, anuláveis e inexistentes. Vícios do ato administrativo. Agentes públicos: aspectos constitucionais. Conceito. Classificação. Regime Jurídico Constitucional. Provimento. Estágio Probatório. Prerrogativas. Deveres. Responsabilidades Administrativa, Civil e Penal. Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado. Previsão Constitucional. Reparação do dano. Teorias da Responsabilidade Civil: Subjetiva ou Objetiva. Teoria da *Faute du Service*. Teoria do Risco: Integral ou Administrativo. Ação de Regresso. Causas excludentes da Responsabilidade Civil. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Direito Penal: Parte Geral do Código Penal (arts. 1º ao 120 do CP). Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito Processual Penal: Garantias e regramentos constitucionais para o Processo Penal. Princípios prevalentes que regem o Processo Penal. Aplicação e interpretação da lei processual. Sistemas processuais penais. Investigação criminal. Fundamentos, grau de cognição e valor probatório dos atos de investigação. Inquérito policial. Identificação criminal. Jurisdição e competência. Ação penal. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Incidente de falsidade. Conflito de competência. Teoria geral da prova. Conceitos: fonte de prova; meio de prova; elemento de prova; resultado probatório; objeto da prova. Momentos probatórios. Garantias aplicáveis à proposição, produção e valoração da prova. Provas ilícitas e ilegítimas. Meios de prova. Sistemas de valoração da prova. Ônus da prova. Sujeitos processuais. Prisão e liberdade provisória Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão domiciliar. Relaxamento

da prisão e liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação. Procedimentos em espécie. Procedimento comum (ordinário, sumário e sumaríssimo). Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri. Sentença criminal. Requisitos. Fixação da pena. Coisa julgada. Nulidades. Recursos em geral. Conceitos e caracteres genéricos dos recursos criminais. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de retratação. Extinção anormal dos recursos. Pressupostos de admissibilidade recursal. Recursos em espécie. Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Recurso especial, ordinário e extraordinário. Revisão Criminal. Habeas corpus. Aspectos processuais da legislação penal especial: desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher. Execução Penal. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Direito Civil: **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.** Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos Reais. Casamento, União Estável. Dissolução do Casamento e da União Estável. Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. Alimentos. Sucessão legítima. Dos títulos de crédito.

Direito Processual Civil: Princípios gerais do processo civil. Jurisdição (conceito, características e princípios). Competência. Ação (conceito, características e condições da ação). Processo (conceito, pressupostos processuais; capacidade de ser parte; capacidade processual e capacidade postulatória). Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Da contestação. Teoria Geral das Provas. Recursos. Procedimentos especiais. **Do processo de execução. Da sentença e da coisa julgada.**

Legislação Extravagante: Decreto-Lei nº 4.657/1942. Lei nº 4.717/1965 (Ação Popular). Lei nº 8.009/1990 (Impenhorabilidade do bem de família). Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Lei nº 6.015/1973: art. 50 a art. 66, art. 77 a art. 88, art. 109 a art. 113. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, dos direitos fundamentais, da família natural, da família substituída, da autorização para viajar, da prática de ato infracional, da justiça da infância e juventude). Lei nº 10.741/2003 (disposições preliminares, dos direitos fundamentais, das medidas de proteção). Lei nº 11.804/2008 (Alimentos Gravídicos). Lei nº 7.347/84 (Lei da Ação Civil Pública). Lei 12.016/2009 (Mandado de Segurança). Lei 13.300/2016 (Mandado de Injunção). Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial: disposições preliminares, dos direitos fundamentais). Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Lei nº 11.340/2006 (Violência Doméstica). Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas). Lei. 7.716/1989 (Define os crimes de preconceito de raça ou de cor). Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem). Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos). Lei nº 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade).

ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

LINGUA PORTUGUESA

1. Língua Portuguesa: ortografia. (Sistema oficial vigente): emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica. 2. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados. 3. Interpretação textual de gêneros textuais variados. 4. Modos de enunciação presentes no texto. 5. Gramática normativa. 6. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. 7. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). 8. Progressão temática. 9. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. 10. Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos. 11. Tipos de argumento. 12. Classificação gramatical. 13. Processo de formação de palavras. 14. Análise morfosintática. 15. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa. 16. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 17. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 18. Concordância verbal e nominal. 19. Regência verbal e nominal. 20. Colocação pronominal. 21. Pontuação.

DIREITO

Direito Constitucional: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º a 4º da CF). Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Remédios Constitucionais (Arts. 5º e 6º). Controle de Constitucionalidade (controles difuso e concentrado da constitucionalidade). Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário

Brasileiro. Organização e competências. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. A Justiça Federal. A Justiça Militar. A Justiça Estadual. O Conselho Nacional de Justiça. Súmula Vinculante. Funções Essenciais à Justiça. A Defensoria Pública. A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988. Da ordem social. Direitos Sociais. Da saúde. Da Assistência Social. Da Educação. Da família, da criança, do adolescente e do idoso. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Princípios Institucionais: Defensoria Pública na Constituição Federal (art. 134 da CF). Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94, arts. 1º ao 4º-A, arts. 127 a 128). Lei Complementar Estadual nº 130/2017.

Direito Administrativo: Direito Administrativo. Conceito e Objeto: Critérios. Dimensão constitucional do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo e os Princípios Norteadores. Administração Pública: em sentido objetivo e em sentido subjetivo. Administração Pública Direta e Indireta (concentração, desconcentração, descentralização administrativa). Administração indireta. Autarquias. Fundações Públicas e Privadas. Empresas públicas. Sociedades de Economia Mista. Consórcio Público. Poderes da Administração Pública: vinculado, discricionário, regulamentar, hierárquico e disciplinar. Poder de Polícia: polícia administrativa e polícia judiciária, possibilidade de delegação a particulares. Ato administrativo. Conceito. Requisitos, Elementos e Pressupostos. Atributos. Classificação: quanto à estrutura do ato, quanto à natureza da atividade, quanto aos destinatários do ato, quanto à função da vontade administrativa, quanto à composição da vontade produtora do ato. Perfeição, validade e eficácia. Vinculação e Discricionariedade. Discricionariedade técnica. Retirada do ato: Revogação e Invalidação. Convalidação. Atos nulos, anuláveis e inexistentes. Vícios do ato administrativo. Agentes públicos: aspectos constitucionais. Conceito. Classificação. Regime Jurídico Constitucional. Provimento. Estágio Probatório. Prerrogativas. Deveres. Responsabilidades Administrativa, Civil e Penal. Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado. Previsão Constitucional. Reparação do dano. Teorias da Responsabilidade Civil: Subjetiva ou Objetiva. Teoria da *Faute du Service*. Teoria do Risco: Integral ou Administrativo. Ação de Regresso. Causas excludentes da Responsabilidade Civil. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Direito Penal: Parte Geral do Código Penal (arts. 1º ao 120 do CP). Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Direito Processual Penal: Garantias e regramentos constitucionais para o Processo Penal. Princípios prevalentes que regem o Processo Penal. Aplicação e interpretação da lei processual. Sistemas processuais penais. Investigação criminal. Fundamentos, grau de cognição e valor probatório dos atos de investigação. Inquérito policial. Identificação criminal. Jurisdição e competência. Ação penal. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Incidente de falsidade. Conflito de competência. Teoria geral da prova. Conceitos: fonte de prova; meio de prova; elemento de prova; resultado probatório; objeto da prova. Momentos probatórios. Garantias aplicáveis à proposição, produção e valoração da prova. Provas ilícitas e ilegítimas. Meios de prova. Sistemas de valoração da prova. Ônus da prova. Sujeitos processuais. Prisão e liberdade provisória Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão domiciliar. Relaxamento da prisão e liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação. Procedimentos em espécie. Procedimento comum (ordinário, sumário e sumaríssimo). Procedimento nos processos de competência do Tribunal do Júri. Sentença criminal. Requisitos. Fixação da pena. Coisa julgada. Nulidades. Recursos em geral. Conceitos e caracteres genéricos dos recursos criminais. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de retratação. Extinção anormal dos recursos. Pressupostos de admissibilidade recursal. Recursos em espécie. Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Embargos de divergência. Recurso especial, ordinário e extraordinário. Revisão Criminal. Habeas corpus. Aspectos processuais da legislação penal especial: desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher. Execução Penal. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Direito Civil: **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.** Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos Reais. Casamento, União Estável. Dissolução do Casamento e da União Estável. Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. Alimentos. Sucessão legítima. Dos títulos de crédito. Jurisprudência do

Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Direito Processual Civil: **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.** Princípios gerais do processo civil. Jurisdição (conceito, características e princípios). Competência. Ação (conceito, características e condições da ação). Processo (conceito, pressupostos processuais; capacidade de ser parte; capacidade processual e capacidade postulatória). Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Da contestação. Teoria Geral das Provas. Recursos. Procedimentos especiais. **Do processo de execução. Da sentença e da coisa julgada.** Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Legislação Extravagante: **Decreto-Lei nº 4.657/1942. Lei nº 4.717/1965 (Ação Popular).** Lei nº 8.009/1990 (impenhorabilidade do bem de família). Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Lei nº 6.015/1973: art. 50 a art. 66, art. 77 a art. 88, art. 109 a art. 113. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente: disposições preliminares, dos direitos fundamentais, da família natural, da família substituída, da autorização para viajar, da prática de ato infracional, da justiça da infância e juventude). Lei nº 10.741/2003: (disposições preliminares, dos direitos fundamentais, das medidas de proteção). Lei nº 11.804/2008 (Alimentos Gravídicos). Lei nº 7.347/84 (Lei da Ação Civil Pública). Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial: disposições preliminares, dos direitos fundamentais). **Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).** Lei nº 11.340/2006 (Violência Doméstica). Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas). Lei nº 7.716/1989 (Define os crimes de preconceito de raça ou de cor). **Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem).** **Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).** **Lei nº 13.869/19 (Lei de Abuso de Autoridade).** Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes. Súmulas dos tribunais superiores.

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Goiânia - GO, 29 de janeiro de 2024.

Tiago Gregório Fernandes
Defensor Público Geral